

# FEMINISMOS E PÓS-COLONIALISMO: UMA RELAÇÃO COMPLEXA, INTRÍNSECA E IMPRESCINDÍVEL PARA A CRÍTICA LITERÁRIA

Gabriela de Souza Pinto (Doutoranda em Estudos Literários pela UFJF)

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo constatar e elucidar a significativa relação entre as críticas feminista e pós-colonial e sua suma importância para a análise de textos literários, em especial os de autoria de mulheres provenientes de contextos pós-coloniais, ou mesmo imperiais. Para tanto, aqui propomos uma discussão acerca de alguns pressupostos teóricos de comprovada relevância para essas vertentes para evidenciar os seus consequentes imbricamentos, que se fazem cada vez mais prementes em um atualidade de feminismos plurais e representatividades múltiplas. Além disso, discutiremos a questão do cânone literário e a importância de sua subversão em ambas as vertentes críticas aqui examinadas.

**Palavras-chave:** crítica feminista, crítica pós-colonial, teoria literária.

## ABSTRACT

The aim of this article is to endorse and elucidate the meaningful relationship between the feminist criticism and the post-colonial criticism and its fundamental importance to the analysis of literary texts, especially those written by women coming from colonial or even imperial contexts. Therefore, we propose the discussion of some theoretical precepts of undeniable relevance for the literary criticisms aforementioned along with some of their main theoretical-critical assumptions in order to highlight the overlaps of this relationship that becomes more pressing each day in the current days of plural feminisms and multiple forms of representativeness. Furthermore, we will discuss the issue of the the literary canon and the importance of its subversion to both critical aspects here examined.

**Key-words:** feminist criticism, post-colonial criticism, literary theory.

## INTRODUÇÃO

A formalização de uma crítica literária feminista que teve início na década de 1970 foi um marco para os estudos literários que questionou os pressupostos da crítica feita até então e deu origem a diversas vertentes dentro dessa mesma temática. Na década de 1990, no entanto, a crítica feminista começou a ser acusada de adotar uma abordagem simplista e eurocêntrica que tratava do ponto de vista feminino apenas no que concernia à realidade da mulher branca, de classe média e de cultura anglo-saxônica, considerando um fator comum entre todas as mulheres e negligenciando a necessária consideração das muitas diferenças entre elas.

bell hooks (1997), ao chamar atenção para a necessidade de uma solidariedade política entre as mulheres no âmbito do feminismo, desvela a forma como o momento inicial do feminismo era muito mais sobre as mulheres brancas de classe média alta do que sobre mulheres como um todo, apontando para a exclusão de fatores como racismo e privilégio social, que não seriam interessantes para essas mesmas mulheres que deram início ao movimento, visto que, nesses casos, muitas vezes, atuavam no papel do opressor. Para a autora, o pressuposto inicial do feminismo de que o que uniria as mulheres seria a opressão partilhada por todas elas é falso e enganador, uma vez que ocultava a real natureza complexa e diversificada das diversas experiências femininas.

Chandra Talpade Mohanty (1998) também alerta para a forma como as teorias feministas ocidentais iniciais se organizavam em torno de supostas questões que, teoricamente, teriam que interessar a todas as mulheres, uma vez que “mulheres” eram consideradas parte de uma categoria universal, coerente, com desejos e interesses unificados, que independiam de outros fatores, como raça, etnia e classe social. Indo ao encontro das ideias de Mohanty (1998) e hooks (1997), Mary Eagleton (1996) também aponta que uma abordagem crítica que privilegie apenas o gênero, negligenciando outras variáveis, pode, perigosamente, se tornar a-histórica e apolítica ao se pautar em uma unidade existente na categoria “mulher” que seria capaz de ultrapassar a cultura e a história nas quais essa diversas mulheres estão, inevitavelmente, inseridas.

O questionamento “é suficiente ser uma mulher para falar como uma”<sup>1</sup>, por outra, no lugar de outra, ou em nome de outra mulher? de Shoshana Felman (*apud* EAGLETON, 1996, p. 58) ilustra esse momento da crítica e demonstra como, ao adotarmos um sujeito homogêneo para o feminismo, incorremos, novamente, no risco de apropriação e silenciamento do discurso de um Outro.

## O SUJEITO SUBALTERNO SEXUADO

O questionamento da condição do sujeito sexuado pós-colonial feito por Gayatri Chakravorty Spivak (2010) expõe a falácia do feminismo universal, bem como a da homogeneidade do contexto colonial. Ao afirmar que “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 67), Gayatri Spivak aponta para a necessidade de a crítica pós-colonial atentar para a crítica feminista, para uma melhor compreensão do sujeito colonizado heterogêneo e das diferentes opressões sofridas pelos diferentes tipos de sujeitos. Mais do que isso, a autora questiona também os princípios do feminismo e da crítica feminista ao alegar que a solução para a estrutura que estabelece o homem como sujeito soberano não seria “a inclusão positivista de uma coletividade monolítica de ‘mulheres’ na lista de oprimidos cuja subjetividade inquebrantável lhes permita falar por si mesmas contra um ‘mesmo sistema’ igualmente monolítico” (SPIVAK, 2010, p. 40) (nossa tradução), apontando, pois, para a necessidade de um feminismo plural que atente para a colonialidade (e para outros fatores já mencionados que diferenciam as mulheres) e que re-(a)presente<sup>2</sup> as diversas experiências vividas pelas mesmas.

Desse modo, Spivak atrela permanentemente as teorias feminista e pós-colonial, ao demonstrar que a compreensão plena de uma depende integralmente da outra e que as

---

<sup>1</sup> No original: “is it enough to *be* a woman in order to *speak* as a woman?” (Grifo da autora).

<sup>2</sup> Embora tenhamos utilizado nesta pesquisa a tradução de “Can the subaltern speak?” feita por Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa, na edição da UFMG, faremos uso do termo “re-(a)presentar”, que acreditamos elucidar melhor a leitura que propomos desse conceito.

principais opressões que essas teorias buscam indagar não podem fazer sentido se investigadas de forma isolada. Leela Gandhi (1998) nos esclarece o quanto a pergunta “Pode o subalterno falar?” lançada por Spivak (2010) criou um desafio para os pesquisadores ocidentais que, a partir de então, não podiam permanecer indiferentes a outros elementos, como a raça, a classe e o gênero, que perpassam e modificam a subalternidade dos povos colonizados. Essa subalternidade se torna, portanto, parte e resultado de uma complexa rede de poderes e opressões que incluem questões históricas, geográficas, econômicas, políticas e culturais.

Em consonância com as ideias de Spivak (2010), Anne McClintock (1995) em seu livro *Imperial Leather: race, gender and sexuality in the colonial context* apresenta a tese de que a raça, o gênero e a classe social não são variantes isoladas e, ao contrário, existem de forma articulada, uma vez que surgem historicamente relacionadas umas às outras, emergindo em uma interdependência íntima, dinâmica e alternante e, mesmo não sendo estruturalmente equivalentes, se convergem, se fundem e se determinam de formas intrincadas e, com frequência, contraditórias.

McClintock (1995) elucida a ideia de Spivak (2010) de que o sujeito feminino seria duplamente colonizado ao reiterar como as mulheres colonizadas já estavam em desvantagem social antes da chegada do império e, por essa razão, a reorganização sexual e econômica de seu trabalho se deu de forma muito diferente da do homem colonizado, principalmente considerando que elas tinham que negociar um equilíbrio em suas relações sociais e de poder com o homem colonizado, o homem imperial e a mulher imperial. As mulheres imperiais, por sua vez, também não participavam de nenhuma decisão econômica ou militar direta no estabelecimento do império, funcionando apenas como o modelo doméstico de comportamento utilizado como contraste diante das colonizadas e usadas para justificar a missão civilizadora. Por essa razão, McClintock (1995) afirma categoricamente que “o imperialismo não pode ser plenamente compreendido sem uma teoria de gênero”<sup>3</sup> (p. 6) (nossa tradução), considerando que “as dinâmicas de gênero foram, desde o início,

---

<sup>3</sup> No original: “imperialism cannot be fully understood without a theory of gender power.”

fundamentais para o estabelecimento e manutenção do empreendimento imperial”<sup>4</sup> (p. 7) (nossa tradução).

Essas dinâmicas ficam claras no exemplo exposto pela autora, e também referido por Ania Loomba (1998), da erotização das viagens exploratórias masculinas, em que África, Ásia e América eram as terras “virgens” e inexploradas que, como nas narrativas patriarcais, se encontravam “livres de desejo e agência sexual, aguardando passivamente a inseminação masculina da história, língua e razão”<sup>5</sup> (McCLINTOCK, 1995, p. 30) (nossa tradução), construindo-se a ideia de que não havia uma anterioridade à colonização, apenas um vazio a ser preenchido. Ainda nesse princípio da erotização das viagens, a autora aponta que esses continentes eram tradicionalmente descritos como libidinosos e, no imaginário europeu, verdadeiros trópicos pornôis que funcionavam como locais de projeção para os medos e desejos que não se encaixavam nos limites da extrema moralidade vitoriana. As mulheres desses locais figuravam, segundo McClintock (1995), como a representação maior do excesso e da aberração sexual, sendo consideradas tão promíscuas que beiravam a condição de bestialidade. O conhecimento do mundo era, nos termos da autora, mapeado em termos de uma metafísica da violência de gênero, de modo que a conquista do império global encontrava forma na subordinação da mulher enquanto categoria da natureza. Ou seja, considerava-se a inferioridade da mulher como algo dado, natural e, conseqüentemente, imutável, o que justificava o domínio masculino e a violenta objetificação feminina. O gênero funciona, pois, como um dos muitos mecanismos de sustentação e expansão imperialista.

Para Sara Mills (1998), assim como para Anne McClintock (1995), a esfera colonial tem sido caracterizada, com frequência, como sexualizada. Como McClintock acentua “a África e as Américas têm se tornado o que podemos chamar de trópicos-pornográficos para a imaginação europeia – um fantástico e mágico farol da mente no qual a Europa projeta

---

<sup>4</sup> No original: “Gender dynamics were, from the outset, fundamental to the securing and maintenance of the imperial enterprise.”

<sup>5</sup> No original: “empty of desire and void of sexual agency, passively awaiting the thrusting, male insemination of history, language and reason”.

seus medos e desejos sexuais proibidos”<sup>6</sup> (p. 22) (nossa tradução). Sob o rótulo do exotismo, a esfera colonial é apontada por Sara Mills (1998) como o local no qual o homem britânico/colonizador poderia agir em conformidade com suas mais diversas fantasias de uma forma que a ideologia Vitoriana, extremamente moralizante e dotada de moldes rígidos de contenção sexual, não permitiria que ele fizesse em seu país de origem. Sara Mills (1998) afirma que essas fantasias, no entanto, foram rapidamente controladas pelo império, não por zelo com as mulheres colonizadas, mas porque representavam o perigo da miscigenação e da “contaminação” do sangue inglês.

Outra função do gênero que Mills (1998) aponta como primordial na manutenção ideológica do império é a criação de uma justificativa da colonização (e de suas barbáries) como uma forma de proteção da mulher branca contra os barbarismos do colonizado, através de uma construção da figura britânica feminina que tinha sua incontestável pureza e inocência sexual ameaçadas pela figura não civilizada e animalésca do colonizado. Esse mesmo estereótipo feminino (mulher branca, pura e maternal) era usado ainda, disserta Mills (1998), como um padrão de comportamento do qual as mulheres colonizadas se distanciavam e, portanto, como um modelo a partir do qual elas estavam destinadas a serem julgadas e que permitia demonstrar o grau supremo de civilização da Inglaterra em contraste com esse sujeito colonizado e indomado.

## A (RE)LEITURA E (RE)ESCRITA DO CÂNONE LITERÁRIO

De acordo com Leela Gandhi (1998), o pós-colonialismo e o feminismo se assemelham em suas trajetórias teóricas porque ambas as teorias se preocupam com o estudo de um “Outro” marginalizado em estruturas repressivas de dominação. Em ambos os casos, a autora afirma, houve uma tentativa inicial de inverter a hierarquia dessas estruturas até o momento em que se reconheceu a necessidade de recusar as oposições binárias na verdade construídas pelas autoridades patriarcal e colonial. Desse modo, ambas as vertentes críticas

---

<sup>6</sup> No original: “Africa and the Americas had become what can be called a porno-tropics for the European imagination... - a fantastic magic lantern of the mind onto which Europe projected its forbidden sexual desires and fears.”

perceberam que advogar a inversão da hierarquia e das oposições binárias significa, não apenas tomar o lugar do Centro e cometer o mesmo erro ao não reconhecer o Outro como igual, mas também, reconhecer a validade e a “naturalidade” dessas hierarquias, construídas pelo discurso hegemônico. Lutar para subvertê-las, por outro lado, traz a possibilidade de desconfigurar e reconfigurar esses discursos e a realidade epistêmica construída por eles e desvelar, desse modo, a falsidade da naturalização da superioridade do centro e, obviamente, da inferiorização da margem.

Uma das formas utilizadas por ambas as críticas para dismantelar essas hierarquias pré-estabelecidas é o questionamento e a subversão do cânone literário e de sua constituição excludente. Durante muito tempo, o cânone foi majoritariamente constituído por textos de homens brancos e europeus, o que, de acordo com Thomas Bonnici (2009), revela a visão do grupo hegemônico que determinava quais textos faziam parte do cânone e que selecionavam determinadas obras porque elas iam ao encontro dos interesses dos grupos poderosos de determinado momento histórico. Bonnici (2009) alega que, por meio das construções discursivas, e, considerando o discurso enquanto elemento constitutivo da subjetividade, esses homens europeus construíam, então, suas posições de homem/colonizador/sujeito diante da mulher/colonizado/objeto. Para o autor, esses discursos hegemônicos e dominantes relegam aqueles que se atrevem a pensar ou se expressar fora dos seus lócus de pertencimento hierárquico ao papel de loucos ou silenciados. Existe, portanto, na linha de pensamento de Bonnici (2009), uma analogia entre imperialismo e patriarcalismo, pois da mesma forma que este exerce seu poder no estabelecimento de um discurso que oprime e marginaliza a mulher, assim também aquele possibilita a opressão e marginalização do colonizado.

Bonnici (2000) revela que a crítica feminista e pós-colonial foram pioneiras em perceber que o valor atribuído aos textos nesse cânone não estava intrínseco ao texto e à sua estética, mas, ao contrário, era construído histórica e culturalmente e, poderia, por essa razão, ser subvertido. O que ambas as vertentes críticas perceberam foi que o cânone exerce papel fundamental na perpetuação dos discursos que constroem o poder (como esses que subjagam mulheres e colonizados), de modo que nessa condição residem a importância, a



justificativa e a necessidade de se questionar, se subverter e se revisitar esse cânone, através das estratégias de releitura e reescrita de obras que estejam sob essa rígida rubrica.

A releitura, aponta Bonnici (2009), é uma forma de reinterpretar esses textos e identificar neles os efeitos do processo colonizador presentes nas implicações imperialistas da obra para, então, desconstruí-las. A reescrita, por sua vez, seria, de acordo com o autor, a seleção de um texto canônico da metrópole (geralmente entre aqueles que são mais simbólicos enquanto representantes da ideologia colonizadora dominante), para produzir uma nova obra que reflita a perspectiva da ex-colônia, visando a subversão do cânone literário e dos pontos de vista que ele perpetua. Esse deslocamento do cânone é apontado por Bonnici (2009) como uma estratégia de descolonização, que ele define como o “processo de desmascaramento e demolição do poder colonial em todos os seus aspectos” (p. 272), que acontece de forma contínua e complexa na luta contra os resquícios do poder imperial que se perpetuam mesmo após a independência e que fazem com que o colonizado não consiga transcender uma intrínseca cumplicidade com o poder do qual busca se libertar.

De acordo com Susana Funck (2011), o feminismo apresenta um ímpeto revisionista que reflete a proposta de Virginia Woolf (1985), em *Um teto todo seu*, de romper com a tradição de narrativas hegemônicas e de possibilitar às escritoras encontrarem suas próprias vozes e perspectivas, o que perfeitamente se alinha à empreitada de desconstrução de um cânone literário de domínio androcêntrico. No entanto, como alerta Ashcroft *et al.* (2004), mais do que substituir o conjunto de textos canônicos, o processo de leitura considera que o cânone é determinado por premissas patriarcais e imperialistas e que (re)visitar esse cânone a partir de um novo olhar possibilita alterar as condições de leitura dos textos legitimados e a exposição do falso caráter de valor absoluto e universal implícito na canonização desses textos. Ainda de acordo com Ashcroft *et al.* (2004), o cânone não é simplesmente um conjunto de textos, mas sim um conjunto de práticas de leitura que se instalam em estruturas institucionais e, assim, se perpetuam. Por isso, subverter o cânone seria, para os autores, criar uma consciência dessas práticas e estabelecer possíveis práticas de leitura alternativas que permitam a re-construção dos chamados textos canônicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão aqui proposta, é possível estabelecer uma estreita relação entre os estudos pós-coloniais e o feminismo, se vislumbrarmos uma analogia entre patriarcado e imperialismo e as relações hierárquicas de poder que por meio deles se instauram. Essa correlação é concebível porque, assim como “gerações de europeus se convenciam de sua superioridade cultural e intelectual diante da ‘nudez’ dos ameríndios; gerações de homens, praticamente de qualquer origem, tomavam como fato indiscutível a inferioridade da mulher” (BONNICI, 2009, p. 257). Ou seja, do mesmo modo que o patriarcado oprime a mulher-objeto em relação ao homem-sujeito, o imperialismo oprime o colonizado-objeto em relação à metrópole-sujeito. Se unidas essas duas forças opressoras (imperialismo e patriarcado), a mulher pode ser considerada duplamente oprimida e colonizada (SPIVAK, 2010).

Além disso, o gênero pode ser apontado como um elemento peremptório da fundação, construção e manutenção do império e do discurso colonial, como apontado por McClintock (1995). O que foi percebido, pois, pela crítica é que as relações de gênero jamais poderiam ser consideradas de modo uniforme para a mulher branca da colônia e a mulher nativa colonizada, ou para as tantas outras mulheres inseridas em diferentes contextos sociais, econômicos, étnicos e culturais que estavam sujeitas, portanto, a diferentes papéis sociais e, obviamente, a diferentes tipos de opressão. Do mesmo modo, os processos coloniais que tiveram lugar em um momento histórico de domínio predominantemente masculino não poderiam ser pensados como impactando igualmente as mulheres e os homens nativos que ocupavam lugares sociais distintos e vivenciavam formas também distintas de subjugação. Nessa nova perspectiva, então, as relações de poder se mostram mais complexas e até mesmo permutativas, de modo que os processos imperialistas e coloniais passam a ser críticos para se pensarem as questões de gênero que, por sua vez, passam a desempenhar papel crucial na interpretação das relações coloniais e na análise das escritas provenientes de colonizadores, colonizados e dos contextos pós-coloniais.

Somente a relação interdependente entre essas duas possibilidades de leitura pode permitir, portanto, uma compreensão tanto das relações opressivas de gênero, quanto das imperiais. Do mesmo modo, somente o questionamento dos textos estabelecidos como canônicos e dos pressupostos que tornam esses textos elegíveis como tais pode despi-lo de sua exclusividade excludente para dar lugar a outras vozes, minoritárias e anteriormente silenciadas

Desse modo, podemos, pois, adotar a proposta de hooks (1997) de abandonar a fantasia da opressão partilhada e criar um laço que se baseie nos recursos e na força que as mulheres compartilham na luta contra o patriarcado, abraçando a desejável e necessária solidariedade política entre elas. Isso implica que se torna necessário para as mulheres reconhecerem a sua própria alienação quanto a outras forças opressoras (como as já aqui mencionadas) que se somam e modificam a opressão exercida pelo patriarcado nas diferentes mulheres, compreendendo também as diferenças contextuais e culturais que, teoricamente, as separam. Mais do que reconhecer, a autora alerta que, se solidariedade é o que está em jogo, é preciso de fato lutar contra essas forças porque, mesmo que elas não afetem a maioria das mulheres diretamente enquanto indivíduos, elas afetam outras mulheres em outros contextos e situações. Seria preciso, ainda, reconhecer a diversidade sem implicar uniformidade ou homogeneização e entender que a diferença não é motivo de medo, mas, sim, oportunidade de aprendizado e crescimento, para que os verdadeiros laços possam se estabelecer entre as mulheres e no movimento feminista.

## REFERÊNCIAS

ASHCROFT, B., GRIFFITHS, G., TIFFIN, H., eds. **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures**. London: Routledge, 2004.

BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. Maringá: EDUEM - Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2000.

\_\_\_\_\_. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONNICI, Thomas e ZOLIN, Lúcia Osana, Orgs. **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3ª Ed. Maringá: EDUEM – Editora da Universidade Federal de Maringá, 2009.

EAGLETON, Mary. **Feminist literary theory: a reader**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

FUNCK, Susana Bornéo. Corpos colonizados, leituras feministas. In: HARRIS, Leila Assunção (Org.). **A voz e o olhar do outro – volume 3**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2011. CD-ROM.

GANDHI, Leela. **Postcolonial theory: a critical introduction**. Allen & Unwin: St. Leonards, N.S.W, 1998.

HOOKS, bell. Sisterhood: political solidarity between women. In: McClintock, Anne *et al.*, eds. **Dangerous Liaisons: gender, nation, and postcolonial perspectives**. Minneapolis: U of Minnesota P, 1997.

LOOMBA, Ania. **Colonialism/postcolonialism**. New York: Routledge, 1998.

McCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather: race, gender and sexuality in the colonial contest**. New York: Routledge, 1995.

MILLS, Sara. Post-colonial Feminist Theory. In: JACKSON, Stevi and Jackie Jones, eds. **Contemporary Feminist Theories**. Edinburgh: Edinburgh UP, 1998.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. In: **Feminist Review No. 30** (Autumn), Palgrave Macmillan Journals, 1998, pp. 61-88.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.